

Ofício nº 1.169 (SF)

Brasília, em 1º de novembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Giacobbo  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Projeto de Lei do Senado à revisão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, constante dos autógrafos em anexo, que “Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor sobre o recebimento de boleto de pagamento em qualquer instituição financeira e por meio de qualquer canal de atendimento, mesmo após a data de vencimento”.

Atenciosamente,

Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor sobre o recebimento de boleto de pagamento em qualquer instituição financeira e por meio de qualquer canal de atendimento, mesmo após a data de vencimento.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 2º .....

§ 1º .....

.....

§ 2º As instituições financeiras que integram o sistema de pagamentos referido no **caput** deste artigo são obrigadas a receber boleto de pagamento de qualquer instituição emissora e por meio de quaisquer dos canais de atendimento da rede bancária, como agências, terminais eletrônicos, telefones celulares e internet, mesmo após a data de vencimento.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Senado Federal, em                    de                    de 2017.

Senador Eunício Oliveira  
Presidente do Senado Federal